

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

I. REGÊNCIA LEGAL

LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DECRETO FEDERAL 7.892/2013, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ATUALIZADA ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/1993.

II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS

III. PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 002/2023

IV. MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
Nº 002/2023

V. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o **Sistema de Registro de Preço para eventual fornecimento parcelado de luminárias de led e material elétrico em geral para iluminação pública com eficientização do município de Brejo da Madre de Deus-PE.**

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I	Termo de Referência
II	Minuta de Contrato;
III	Modelo de Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação
IV	Modelo de Declaração de fatos impeditivos
V	Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte
VI	Minuta da Ata de Registro de Preço

VI. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO ITEM

VII. PRAZO DE ENTREGA

CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

VIII. REALIZAÇÃO

Sessão pública por meio da internet, através do site www.bnc.org.br

IX. DATA E HORARIO PARA ABERTURA DA SESSÃO

Local: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (<https://bnc.org.br/>).

Início do Acolhimento das Propostas: às 09 horas do dia 18/01/2023.

Fim de Recebimento e Abertura das Propostas: às 09 horas do dia 31/01/2023.

Início da Sessão de Disputa: às 10:00 horas do dia 31/01/2023.

Modo de disputa: **ABERTO**

Margem de Lance Mínima: R\$ 0,01 (um centavo)

Referência de tempo: Horário de Brasília.

X. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL

Na plataforma do pregão eletrônico da BNC no site <https://bnc.org.br/>;

No Portal da Transparência Municipal sítio eletrônico
<https://www.brejomdeus.pe.gov.br/>

Ou através de solicitação por e-mail: licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br

Ou no setor de Licitação da Prefeitura – Localizada na Praça Vereador Abel Freitas, s/n, Centro de Brejo da Madre de Deus, de segunda a sexta no horário das 08 horas às 13 horas.

Telefone de Contato do Setor de Licitação de Brejo da Madre de Deus – PE –
(81) 99136-2942

XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme Decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º - “Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

XII. DO REGIME

PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA, COTAS RESERVADAS E EXCLUSIVA DE ME, EPP, MEL.

Em conformidade com o disposto nos Arts. 47 e 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014

XIII. PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL

Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023 PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

O **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE**, por meio do **PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**, através do(a) pregoeiro(a), torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados, em sessão pública, por meio da internet, através do site <https://bnc.org.br/> fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificações no Termo de Referência constantes no Anexo I, deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1- Constitui objeto da presente licitação o **Sistema de Registro de Preço para eventual fornecimento parcelado de luminárias de led e material elétrico em geral para iluminação pública com efficientização do município de Brejo da Madre de Deus- PE.**

1.2 – A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO

2.1 - O órgão promotor da licitação será **Prefeitura Municipal do Brejo da Madre de Deus-PE.**

3. DO CADASTRO/CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1 - O licitante deverá realizar o cadastro através da Bolsa Nacional de Compras pelo site <http://bnc.org.br/> selecionar a opção cadastro e depois cadastrar a empresa de acordo com pacote ofertado pelo BNC e que melhor atenda a empresa cadastrada.

3.1.1 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento, encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços, documentos e habilitação em nome do licitante, através do Banco Nacional de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.3.1 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

3.3.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.3 - O cadastramento e credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - A empresa participante do certame não deve ser identificada, antes da análise dos documentos de habilitação.

3.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (art. 44 e 45 da LC 123/2006).

3.6 - É da responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso do sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone/WhatsApp: (42) 3026-4550 - Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o credenciamento regular no sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, desde que apresente toda a documentação exigida no edital.

4.2 – Nas Licitações que tiverem Cota Reservada e Cota Principal/Ampla Concorrência, e a mesma empresa vencer as cotas correspondentes, a contratação de ambas ocorrerá pela cota de menor preço.

4.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

4.3.1 - Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993;

4.3.2 - Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

4.3.3 - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;

4.3.4 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.3.5 - Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.5.1. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.

4.3.6 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.7 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

4.3.8 - Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

4.3.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2016-TCU-Plenário).

4.4 - A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidades previstas em Lei.

4.5 - O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4.6 - Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que:

4.6.1 - Não emprega menor de idade salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

4.6.2 - A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Administração Pública Municipal de Brejo da Madre de Deus-PE.

4.6.3 – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

5.0 - MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

5.1 - Para efeito de comprovação de empresa **ME/EPP/MEI** para usufruir de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada mediante apresentação de um dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser anexados junto aos documentos de habilitação:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

II – Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação:

a) **Quando não optante pelo simples nacional:** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006).

5.2 - Os documentos relacionados no subitem anterior poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, ou ainda pela certidão simplificada emitida pela junta comercial.

5.3 - Em atendimento ao Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, “Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/lotos de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”, logo a participação para os itens que estejam com seu valor máximo admitido inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

5.4 - Para aqueles itens, cujo valor total máximo admitido ultrapasse os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será definido uma cota exclusiva para ME e EPP, de acordo com o Art. 48, inciso II da Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014: “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”.

5.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5.1 - Considera-se irregularidade a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal ou trabalhista, pelo(a) pregoeiro(a), na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.

5.6 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.6.1 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.7 - Caso existam itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.8 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou o melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.9 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.11 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6. DO CADASTRO DAS PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, concomitantemente com os **documentos de Habilitação exigidos no edital, Proposta em papel timbrado com a descrição do objeto ofertado, contendo marca, modelo, preço unitário e total de todos os itens ofertados**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação (**proposta + habilitação**).

6.1.1 - Caso não haja no sistema campo específico para inserção de algum documento, ele deverá ser inserido no espaço “Outros documentos”. Mesmo que haja divergências entre o Edital e o sistema, deve-se seguir as exigências do Edital.

6.2. **QUANDO EXIGIDO**, a licitante deverá apresentar obrigatoriamente em anexo à proposta de preços, sob pena de desclassificação, **CATÁLOGO/FOLDER/MANUAL/ETC** em português ou com tradução do texto para a língua portuguesa com informações que permitam identificar as características técnicas do produto ofertado, quando solicitado no Termo de Referência.

6.3. O envio da proposta, dos catálogos/folders, quando solicitados no Termo de Referência, e os documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA VIA SISTEMA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta de preços, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a fase para recebimento de propostas.

7.2 - A proposta será elaborada eletronicamente com base nas condições definidas neste edital e deverá conter:

7.2.1 - Valor unitário e total de cada item;

7.2.2 - Marca/Modelo/Fabricante (sempre que possível)

7.2.3 – Descrição detalhada do objeto.

7.2.4 - Quando tratar-se de itens/serviços de produção própria é vedada a identificação do licitante, tendo a empresa que inserir uma definição genérica como “*marca própria*” ou semelhante.

7.3. Todas as especificações contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4 - Devem estar inclusos nos preços ofertados, além de todas os custos operacionais, as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a aquisição do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado, nem reclamados posteriormente.

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura do pregão, independentemente de declaração do licitante.

7.7 - Será desclassificada a proposta que não atenderem as exigências deste edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

7.8 - **É vedada qualquer tipo de identificação da empresa no preenchimento da proposta via sistema eletrônico, sob a pena de desclassificação.**

8. DO INÍCIO DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

8.1 - No horário indicado no preâmbulo deste edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a análise das propostas de preços cadastradas no sistema.

8.2 – O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital. Podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta preenchida **via sistema** que **identifique** o licitante.

8.4 - Todos os atos deverão ser motivados e registrados no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. Os atos estarão registrados no *chat* da plataforma eletrônica.

8.5 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

8.8 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

8.9 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo visível para todos os participantes.

8.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação aos lances deverá ser pelo valor definido no preâmbulo desse edital.

8.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo os limites de intervalos mínimos informados no sistema.

8.12 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras abaixo estabelecidas:

8.13- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, conforme descrito acima, o(a) pregoeiro(a) poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21 - Não nos responsabilizamos pela desconexão dos licitantes, nem pelo acompanhamento do mesmo ao certame pelo sistema eletrônico.

8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.23. O Critério de julgamento adotado constará no Preambulo deste Edital.

8.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.1.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3 - Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a Habilitação.

11.0 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

11.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.2.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;

11.2.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

11.2.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.5 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

11.2.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

11.3 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

11.3.1 **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, **180 (centos e oitenta) dias** anteriores à abertura desta sessão ou dentro do prazo de validade constante no documento, **OU**, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

11.3.1.1 Caso a certidão referida no item anterior contiver ressalva expressa que não abrange os Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, deverá a empresa licitante ainda comprovar sua qualificação econômico-financeiro através de outra(s) certidão(ões) abrangendo os **processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau**.

11.3.1.2 As empresas constituídas após a implantação do sistema de processo eletrônico – PJE, estão dispensadas de apresentar a certidão descrita no item 11.3.1 referente a certidão de processos físicos, desde que seja apresentada a de processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau.

11.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1 - **Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos e ou serviços **compatível e pertinente com o objeto deste Edital**, conforme especificações constantes nos itens devendo os atestados conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS** possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

11.4.2 - As demais exigências de qualificação técnica poderão constar no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11.5 – DAS DECLARAÇÕES

11.5.1 – **Modelo Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação** de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002. (Anexo III)

11.5.2 – **Modelo Declaração de fatos supervenientes/impeditivos**. (Anexo IV)

11.5.3 – **Modelo Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. (Anexo V).

11.6 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.7 – O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação **daqueles exigidos neste edital e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, após a comunicação da solicitação, sob pena de inabilitação.

11.8 – Caso a empresa não anexe nenhum documento de habilitação no sistema, deverá a mesma ser inabilitada.

11.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 – DA DILIGÊNCIA E DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - Quaisquer interessados poderão requerer diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas ou dos documentos de habilitação, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a sua suspeita.

12.1.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.1.2 - Poderão ser solicitadas pelo(a) pregoeiro(a) informações técnicas e descrições dos itens para análise e parecer pela Secretaria demandante ou pelo(a) pregoeiro(a), correspondentes às propostas ou documentos de habilitação, caso seja necessária essa análise deverá ser solicitado aos licitantes que deverá atender à solicitação no prazo máximo de até 02 (duas) hora, ou de acordo com o tempo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de não aceitação da proposta vencedora ou de inabilitação. Todos os pedidos devem ser comunicados aos licitantes no chat da plataforma eletrônica, como também deverão ser informados os resultados das análises.

12.1.3 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.1.4 – Para os casos de diligência, análise de propostas ou folders e análise de amostras solicitadas, havendo desclassificação do primeiro classificado pela avaliação técnica, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com as verificações e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.2 - Em caso de inabilitação ou desclassificação, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência, o sistema automaticamente indicará a empresa e o lance subsequente, e, assim sucessivamente, pela ordem de classificação.

12.3 - Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.4 – Será solicitado pelo(a) pregoeiro(a) ao licitante declarado vencedor, para que apresente no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance, podendo variar de acordo com determinação do(a) pregoeiro(a), onde será divulgado no chat, e a mesma deverá ser:

12.4.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.4.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.4.3 - A proposta final deverá ser anexada ao sistema, levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.4.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.4.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

12.6 – A empresa só será declarada vencedora após atender todos os requisitos do edital.

13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

13.1 - Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referente ao processo licitatório serão enviadas ao pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico.

13.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

13.3. A decisão do(a) pregoeiro(a) sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para

abertura das propostas, podendo tal comunicação ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

13.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão através do sistema eletrônico plataforma da BNC.

13.5 – O(A) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.6. - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13.7 - A impugnação e pedidos de esclarecimentos não possuem efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

13.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.8 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

13.9 - Todos os atos referentes aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgados pelo sistema.

14. DOS RECURSOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.3. Nesse momento o(a) pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14.8. Todos os atos referentes aos recursos serão divulgados pelo sistema.

14.9. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

14.10 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Interposto o recurso, o(a) pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão, devendo encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, observando os prazos previstos no § 4º do artigo 109 da lei 8.666/93.

14.11 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.11.1 - Ficará a critério do(a) pregoeiro(a) responder aos atos apresentados fora dos prazos legais.

14.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório, sendo o vencedor convocado para assinar o contrato no prazo definido neste edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.3 - Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro(a) adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, cujo prazo de validade encontra-se neles fixados, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato, a Administração poderá encaminhá-los para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.

17.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa, implica no reconhecimento de que:

17.4.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

17.6. Na assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência dos mesmos.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar da Ata de Registro de Preços/contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. Durante a vigência da Contratação, os preços serão fixos e irremovíveis exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

19. DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Os objetos/prestação de serviços descritos neste Edital e seus Anexos serão solicitados de acordo com as necessidades do Órgão Gerenciador, mediante emissão de Ordem de Fornecimento durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços de acordo com o Termo de Referência.

19.2. O órgão Gerenciador responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidas as Ordens de Fornecimento.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O recebimento do objeto/prestação de serviço e da fiscalização constarão no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22. DO PAGAMENTO

22.1 As condições de pagamento constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 As sanções/penalidades administrativas constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - A presente licitação não importa necessariamente a contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

24.2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

24.4 - Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar a Ata de Registro de Preço/Contrato ou qualquer outro documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento do aviso da homologação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, poderá ser convocado, para substituir a Empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

24.5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, conforme legislação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco - AMUPE e no Portal da Transparência do Município do Brejo da Madre de Deus - PE, através do sítio eletrônico https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index/p_index.php.

24.6 – O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.6.01 - No interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7 - O vencedor deverá, durante a vigência da ata e do contrato/instrumento equivalente, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

24.8 - O Edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no portal da transparência do Município de Brejo da Madre de Deus - PE, sítio eletrônico: https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index_entidades/p_index_entidades.php?municipio=136 ou quando solicitado, através de e-mail no endereço: licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br ou na plataforma eletrônica da BNC <https://bnc.org.br/>, ou ainda pessoalmente no setor de Licitação da Prefeitura de Brejo da Madre de Deus-PE, localizada na praça Abel de Freitas, s/n, centro – Brejo da Madre de Deus – PE. As informações e os esclarecimentos necessários ao conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer dos meios citados acima.

24.9 – Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da Legislação pertinente, para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital.

24.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

Brejo da Madre de Deus - PE, 17 de janeiro de 2023.

Roberto Abraham Abrahamian Asfora
Prefeito Municipal do Brejo da Madre de Deus

Luiz Gustavo Sousa Pinto
Secretaria Municipal de Obras e Planejamento
Portaria nº 338/2022

Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

ANEXO I

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 – Constitui objeto da presente licitação o Sistema de Registro de Preço para eventual fornecimento parcelado de luminárias de led e material elétrico em geral para iluminação pública com eficiência do município de Brejo da Madre de Deus- PE.

1.2 Os quantitativos e condições constam neste Termo de Referência dos quais deverá ser parte integrante do Edital.

02. DO ÓRGÃO PROMOTOR

2.1 – O órgão Promotor é a Prefeitura municipal de Brejo da Madre de Deus - PE.

03. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1 - A licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, Decreto Federal 10.024/2019, aplicando-se supletivamente a lei Federal nº 8.666/93, e legislações aplicáveis e terá como critério de julgamento o Menor Preço por item.

3.2 - Sendo então o Registro de Preços, formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, o SRP poderá ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços com necessidade de contratações frequentes, aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; aquisição de produtos com mais de um órgão ou entidade. Padrões esses exatamente condizentes a nossa realidade, pois nosso objeto requer contratações frequentes e parceladas, e a aquisição é destinada tanto para a Prefeitura e todas as secretarias do nosso município.

3.3 - Justifica-se também o SRP pela natureza do objeto, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo órgão, pois iremos utilizar os itens de acordo com as necessidades e demandas solicitadas.

4. RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 - Os produtos serão recebidos pelo fiscal do contrato, sendo para tanto o Engenheiro Sr. Jadiel Fillipy de Araújo Calumby, CREA/PE 182093063-7. Sendo responsável por receber e conferir os produtos conforme solicitados pelo departamento demandante, sendo de sua responsabilidade atestar a nota e entrega ao departamento de compras para tramitação de baixa da mercadoria e entrega da NF ao setor financeiro.

4.2 - O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.

4.3 – Os produtos devem ser entregues no horário de funcionamento da prefeitura que é das 8:00 horas até a 12:00 horas, e das 14:00 às 16:00 horas.

4.4 – Os produtos entregues poderão ser submetidos, a qualquer momento, a análise para controle de qualidade pelo órgão responsável, que emitirá laudo de análise atestando a qualidade dos produtos.

4.5 – Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.

4.6– Os produtos poderão ser rejeitados de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações descritas no memorial descritivo deste Termo de Referência ou apresentarem algum defeito, devendo os mesmos serem substituídos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5. DOS PRAZOS

5.1 – O prazo de vigência da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2 – O prazo da ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, e se ao fim deste prazo houver saldo nos itens registrados poderá ser contratado os itens restantes pelo prazo máximo de até 12 (doze) meses, caso acordado entre as partes.

6. PAGAMENTOS

6.1 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

6.2 - O pagamento só será autorizado após o cumprimento do disposto nos subitens anteriores deste Termo de referência.

6.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

6.4 - O Licitante deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão, sendo está emitida em dias uteis e horários comerciais, para o e-mail **conforme envio da ordem de fornecimento**, mesmo que a mercadoria chegue ao município após a data de emissão. O não envio, acarretará no cancelamento da mesma, caso chegue a nosso município após a data de sua emissão.

6.5 – O Setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA

no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

6.6 – Será deduzido do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

6.7 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – A dotação orçamentária constará no instrumento contratual.

8. PENALIDADES

8.1 - O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

8.2 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus- PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Não manter a proposta;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no certame e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fazer declaração falsa.

8.3 - As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I - Multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) pela recusa na execução do objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) pela demora em refazer ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não correção de falhas nos 5 (cinco) dias que

se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no Instrumento Convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

II - Impedimento de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus-PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item I.

8.4 - A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

I - atraso injustificado na execução do contrato;

II - inexecução total ou parcial do contrato;

8.4.1 - O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 10 (dez) dias.

8.4.2 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

8.5 - O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

8.6 - Objetivando evitar dano ao Erário, o Diretor Geral poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

8.7 - A competência para a aplicação das sanções e multas é atribuída às seguintes autoridades:

I – Ordenador de Despesa – Secretários e Prefeito Municipal;

8.8 - As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecido os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

8.9 - Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

8.10 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

9 – PRAZO PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. O prazo para a assinatura do contrato deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação e em conforme com o art. 64 da Lei nº 8.666/93.

10. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

- 10.1.1- Obedecer às especificações constantes neste Termo;
- 10.1.2- Responsabilizar-se pelo fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- 10.1.3- Fornecer os itens dentro do prazo estipulado neste termo;
- 10.1.4- O retardamento do fornecimento não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- 10.1.5- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 10.1.6- Manter com a contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 10.1.7- Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a prestação dos serviços objeto deste Termo;
- 10.1.8- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

11. OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do contratante:

- 11.1.1- Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;
- 11.1.2- Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.1.3- Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;

11.1.4- Facilitar por todos os meios ao cumprimento do fornecimento da entrega pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

11.1.5- Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

11.1.6- Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

11.1.7- Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

11.1.8- À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

11.1.9- O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.

12 – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Iluminação Pública é definida como: *“serviço que tem por objetivo: prover de luz, ou claridade artificial, as ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, e outros logradouros de domínio público, de uso comum e livre acesso, incluindo o fornecimento destinado à iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, excluindo o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, no período noturno ou nos escurecimentos diurnos ocasionais, inclusive aqueles que necessitem de iluminação permanente no período diurno”*.

Este tipo de prestação de serviço à população permite que se tenha maior segurança de mobilidade nas vias, avenidas, desenvolvimento do comércio, valorização do patrimônio público e privado, dos sítios históricos, polos culturais, durante o período noturno e conseqüentemente maior índice de arrecadação, desenvolvimento do seguimento de turismo, com geração de empregos, qualificação de mão de obra e aumento da qualidade de vida do munícipe.

Porém como todas e quaisquer prestações de serviços ofertados a municipalidade, este tem um custo de manutenção para que não haja a descontinuidade, ou seja, faz necessário que se tenha a manutenção dos itens que formam esta ação de benfeitoria de garantir a claridade suficiente para a satisfação do cidadão com participação total da Administração do Poder Público Municipal.

A estas ações chamamos de **manutenção dos componentes que formam o sistema de Iluminação pública de responsabilidade do Município**, conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo nº 30, inciso V: *compete aos Municípios*

“organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local”. Entende-se que a Iluminação Pública é um serviço de interesse local.

De fato, a iluminação é um **serviço público essencial** para a qualidade de vida da comunidade. É de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico do Município e constitui um dos vetores para a segurança nos centros urbanos, tanto na questão do tráfego de veículos e pedestres quanto na prevenção contra a criminalidade. Além de iluminar ruas, avenidas, praças, monumentos históricos e demais logradouros públicos, é importante para a melhoria da imagem das cidades, favorecendo o comércio, o turismo e o lazer.

Portanto, o serviço de iluminação pública é imprescindível e com isso não pode ser interrompido, ou seja, sofrer descontinuidade. Desta forma se faz necessário a realização de manutenção dos equipamentos que formam o parque de iluminação pública no Município de Brejo da Madre de Deus. Esta manutenção deve ser feita de forma a assegurar a continuidade do funcionamento dos pontos de IP localizados nos vários setores do município, preservando a qualidade de iluminação necessária a garantir a população segurança e trânsito pelos logradouros. Estas ações vão desde simples inspeções diurnas e noturnas, para verificação, levantamento e fiscalização dos pontos que estão em descontinuidade ou em falha (apagados) e os que se encontram ligados ou aceso durante o período de claridade do dia.

No Município de Brejo da Madre de Deus, a execução da manutenção da iluminação pública é realizada por equipes próprias da Prefeitura Municipal, limitando-se este termo de referência a relacionar e justificar a **quantificação dos materiais necessários para a realização das manutenções**.

Baseados nas orientações da NBR 5101/12 – Iluminação Pública – Procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas e Guia Técnico – PROCEL / RELUZ – Iluminação Pública Eficiente – Eletrobrás, que estabelecem as condições de Instalação e Manutenção em Parques de Iluminação Pública, devemos, ao realizar a manutenção da Iluminação Pública seja Corretiva e/ou Preventiva, recuperar ou substituir os equipamentos e/ou componentes do Parque de Iluminação Pública por elementos com redução de consumo, de eficiência energética já comprovadas e de forma proporcional ou maior quanto a intensidade de iluminância, tais como lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão, com rendimento e iluminância de maior resultado, exemplo, ou mesmo com tecnologias mais modernas como o LED (Lighting Emission Diodo), que além de reduzir o custo da fatura de energia elétrica, proporciona maior rendimento luminotécnico.

Em vista disso, buscando a efficientização e modernização dos serviços de iluminação pública, a Administração Municipal optou pela seguinte estratégia: realizar a

substituição de todo o parque de iluminação pública por LED num intervalo de 1 ano.

Isso significa que a cada manutenção a Prefeitura substituirá as luminárias defeituosas por LED, e gradativamente, rua por rua, todo o parque de iluminação deverá ser mudado para luminárias de LED, promovendo **economia com as manutenções** (a vida útil mínima de luminárias para iluminação pública de LED é de 50.000 horas) e grande **economia e energia**, além de **ampliação da qualidade da iluminação**, já que, devido à característica própria do LED, o fluxo luminoso é maior para potências iguais ou superiores, se comparadas as demais tecnologias de iluminação.

A secretaria de obras levantou uma **relação de materiais elétrico em geral** necessária para as demandas habituais, com a equipe de iluminação pública, baseada na experiência dos eletricitistas da Prefeitura.

Para quantificação dos materiais necessários (pois conforme já justificado, a mão de obra é própria da Prefeitura), os **dados do último cadastro técnico do parque de iluminação pública disponibilizado pela Celpe foram tratados** e as luminárias **agrupadas por faixa de potência**, conforme mais bem detalhado no tópico a seguir.

1. QUANTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

O último relatório de cadastro do parque de iluminação pública do município de Brejo da Madre de Deus disponibilizado pela Celpe contém **5.631 pontos**, sendo:

Potência (W)	Quantidade
9	2
10	2
11	1
12	1
15	1
20	7
23	4
25	4
30	103
36	1
40	4
45	239
46	1
50	47
70	1506
75	1
80	1483
100	76
125	48
150	339
160	107
200	3
250	873
400	771
500	1
1000	1
2000	5
Total Geral	5.631

Comunidade	Quant.
BREJO DA MADRE DE DEUS	1222
SAO DOMINGOS	1150
FAZENDA NOVA	716
MANDASSAIA	490
BARRA FARIAS	459
BANDEIRAS	290
LOGRADOURO	235
ESTRAGO	129
JARACATIA	121
OITIS	113
TAMBOR DE BAIXO	113
FAZENDA VELHA	104
CALDEIRAO	91
CAVALO RUCO	76
SITIO BAIXINHA	73
CATOLE	66

QUATIS	65
VILA CACIMBA PEDRO DE BAIXO	58
BREJO DA MADRE DE DEUS RURAL	23
JUA	14
CACIMBA DO PEDRO	13
TAMBOR	10
Total Geral	5.631

Como o LED é bem mais eficiente do que outras tecnologias de iluminação (hoje já fabricantes nacionais que conseguem eficiências superiores a 140lm/W), o adequado é adotar luminárias de LED com potências inferiores às potências atualmente instaladas gerando assim economia e energia para a Prefeitura. Por outro lado, deseja-se também ampliar a qualidade da iluminação, melhorando as condições de conforto e segurança dos logradouros públicos. Como a Prefeitura não tem condições de realizar um estudo luminotécnico de todo o parque municipal, jugou-se razoável a seguinte proposta de modernização/eficientização:

Potência de LED a instalar	Quant.
LED 50W	2731
LED 100W	2000
LED 200W	600
LED 300W	300
TOTAL	5.631

As características e especificações mínimas de cada luminária serão descritas no próximo capítulo.

Além das luminárias, há uma série de materiais elétricos necessários para a manutenção/substituição do parque de IP por LED, que foram levantadas pela equipe de iluminação pública, baseada na experiência dos eletricitistas. Espera-se conseguir adaptar os braços existentes para o recebimento das luminárias de LED. Contudo, estima-se uma necessidade de troca de aproximadamente 20% dos braços das luminárias, que em sua maioria são antigos e desgastados, sem condições de comportar o peso das luminárias de LED, sobretudo das mais potentes, que são também as mais pesadas. Já quanto aos relês (fotocélulas), serão instalados na maioria das luminárias, pois só se pretende reaproveitar os existentes que realmente estiverem mais novos/bem conservados. Também foram estimadas certa quantidade de cabos, fivelas e fitas isolantes, além de chaves de comando, para locais onde sua instalação é mais apropriada, e outros materiais elétricos em geral, conforme relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
MATERIAL ELÉTRICO PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS			
1	Braço para luminária curvo em uma das extremidades confeccionado em aço galvanizado a fogo medindo 1.5m x 1.1/4" com furação para parafusos	Unid	1000
2	Relê Fotoelétrico Contatos NF bivolt, 50/60Hz, potência 1800/1000V	Unid	5000
3	Cabo flexível 1x1,5mm 750V (rolo de 100m)	Unid	50
4	Cabo PP flexível 2x2,5mm2 750V (rolo de 100m)	Unid	30
5	Fita isolante Alta Fusão 19mmx20m (rolo)	Unid	30
6	Fita isolante Anti-Inflamável 19mmx20m (rolo)	Unid	200
7	Fivela em aço inox (band-it ou similar) 3/4"	Unid	100
MATERIAL ELÉTRICO PARA MATERIAL PARA ALIMENTAÇÃO/ COMANDO			
8	Armação secundária galvanizada pesada com 1 estribo + isolador roldana porcelana 72x72mm	Unid	200
9	Arruela para eletroduto em alumínio roscável de 1.1/4"	Unid	20
10	Arruela para eletroduto em alumínio roscável de 3/4"	Unid	30
11	Chave Para Comando de Grupo para Iluminação Pública corrente 2X30A-220/240V-60hz "NA" Rele "NF" com disjuntor	Unid	20
12	Chave Para Comando de Grupo para Iluminação Pública corrente 2X40A-220/240V-60hz "NA" Rele "NF" com disjuntor	Unid	15
13	Chave Para Comando de Grupo para Iluminação Pública corrente 2X60A-220/240V-60hz "NA" Rele "NF" com disjuntor	Unid	15
MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL			
14	Conector de emendas para 2 fios e cabos de até 6mm	Unid	300
15	Conector derivação perfurante 10-95mm ²	Unid	200
16	Conector derivação perfurante 16-95mm ²	Unid	200
17	Disjuntor Unipolar NEMA de 60A	Unid	10
18	Disjuntor Unipolar NEMA de 40A	Unid	10
19	Disjuntor Unipolar NEMA de 30A	Unid	10
20	Parafuso máquina galvanizado cabeça quadrada 16x200mm com porca e arruela quadrada	Unid	200
21	Parafuso máquina galvanizado cabeça quadrada 16x250mm com porca e arruela quadrada	Unid	300
22	Lâmpada de alta potência Bulbo LED SMS de 80w E40	Unid	120
23	Soquete Adaptador porcelana E-27 para E-40	Unid	120
24	Base para relê fotoelétrico F.E Bivolt	Unid	200

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os itens financeiramente mais relevantes da aquisição que se propõe são as luminárias de tecnologia LED (*light emitting diode*).

Os principais requisitos/especificações gerais para as luminárias são:

- i. Certificação nacional do Immetro (Portaria nº 20/2017 e Portaria nº 62/2022);

- ii. Corpo metálico em alumínio anodizado;
- iii. Lentes/refrator em policarbonato;
- iv. Grau de proteção IP67, ou superior (NBR IEC 60529);
- v. Vida útil do LED mínima de 50.000 horas (IESNA L70), ou superior;
- vi. Tensão de alimentação 220V, ou bivolt;
- vii. Temperatura de cor 5.000±500K;
- viii. Conformidade com as normas NBR 5101 (Iluminação Pública) e NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);
- ix. Garantia mínima de 5 anos;

Outros requisitos/especificações especiais para as luminárias são:

- x. tomada/fixador para relê (fotocélula) incorporada à luminária;
- xi. dispositivo de proteção contra surtos (DPS) incorporado à luminária.

xii.	Descrição	Fluxo Luminoso
1	Luminária LED 50W para iluminação pública	≥ 6.000 <i>Lúmens</i>
2	Luminária LED 100W para iluminação pública	≥ 12.000 <i>Lúmens</i>
3	Luminária LED 200W para iluminação pública	≥ 20.000 <i>Lúmens</i>
4	Luminária LED 300W para iluminação pública	≥ 39.000 <i>Lúmens</i>

Toda vez que uma luminária for substituída, a equipe da Secretaria de Obras deverá documentar em relatório todas as informações do serviço realizados e, a cada mês, deverá ser enviada planilha com atualização do cadastro para a Celpe atualizar as informações de consumo da cobrança de energia elétrica relativa às luminárias trocadas.

As marcações devem estar conforme ABNT NBR 15129, gravadas de forma legível e indelével na luminária. Adicionalmente, as luminárias devem apresentar as seguintes informações (Portaria 20, Anexo I-B, item A.1.1):

- Número de série de fabricação da luminária;
- Modelo da luminária;

O folheto de instruções deve apresentar adicionalmente às marcações previstas na ABNT NBR 15129, as seguintes informações (Portaria 20, Anexo I-B, item A.1.2):

- Classificação das distribuições de intensidade luminosa (Portaria 20, Anexo I-B, item B.2)
- Nome e ou marca do fornecedor;
- Modelo ou código do fornecedor;
- Classificação fotométrica, com indicação do ângulo de elevação correspondente;
- Potência nominal, em watts;
- Faixa de tensão nominal, em volts;
- Frequência nominal, em hertz;
- País de origem do produto;
- Informações sobre o controlador (marca, modelo, potência, corrente elétrica nominal);
- Instruções ao usuário quanto à instalação elétrica, manuseio e cuidados recomendados;

- Informações sobre o importador ou distribuidor;
- Garantia do produto, a partir da data da nota de venda ao consumidor, sendo, no mínimo, de 60 meses;
- Data de validade para armazenamento: indeterminada;
- Tipo de proteção contra choque elétrico;
- Expectativa de vida mínima (h) que corresponde à manutenção do fluxo luminoso de 70% (L70);
- Arquivo IES da fotometria da(s) luminária(s) utilizada(s);
- Peso da luminária, em kg.

Acondicionamento

As luminárias devem ser acondicionadas individualmente em embalagens adequadas ao tipo de transporte (no que for aplicado) e às operações usuais de carga, descarga, manuseio e armazenamento. As embalagens devem ser identificadas externamente com as seguintes informações mínimas, marcadas de forma legível e indelével (Portaria 20, Anexo I-B, item A.4.2):

- a. nome e/ou marca do fabricante;
- b. modelo ou tipo da luminária;
- c. CNPJ e endereço do fornecedor;
- d. Peso bruto;
- e. Capacidade e posição de empilhamento.

Grau de proteção

O invólucro da luminária deve assegurar o grau de proteção contra a penetração de pó, objetos sólidos e umidade, de acordo com a classificação da luminária e o código IP marcado na luminária, conforme a ABNT NBR IEC 60598-1. Os alojamentos das partes vitais (LED, sistema óptico secundário e controlador) deverão ter no mínimo grau de proteção IP-67. As luminárias devem ser ensaiadas, para este item, conforme ABNT NBR IEC 60598-1.

Características das luminárias

- Luminária utilizando tecnologia LED (*light emitting diode*) fabricada em alumínio injetado a alta pressão, de espessura mínima 2mm ou fabricada através de processo de extrusão;
- Refrator em policarbonato apresentando o ensaio de resistência às intempéries de acordo com a ASTM G154 e os resultados mínimos obtidos sejam iguais ou superiores aos apresentados na portaria N° 20/2017 do INMETRO;
- Acabamento deve ser pintura eletrostática a pó com aditivo anti UV, deve conter dissipador de calor sem ventiladores, bombas ou líquidos;
- Temperatura da cor correlata declarada de 5000K;
- Índice de reprodução de cor mínimo de IRC 70%;

- Eficiência luminosa total maior ou igual a 120 lm/W;
- Luminárias modulares ou montadas em placa de circuito impresso do tipo MCPCB (metal core printed circuitboard: alumínio) ou ainda CEM-3 (composite epoxy material: fenolite);
 - Conjunto ótico com manutenção do fluxo luminoso do tipo L70, conforme LM79 e LM80, TM-21, conseguindo a manutenção de 70% do fluxo luminoso inicial após 80.000 horas de uso;
 - Fornecimento de luminária dimerizável com tomada para relé foto eletrônico de 7 contatos para fins de telegestão;
 - A fonte de alimentação/driver deverá ser montado internamente ao alojamento e ser substituível, deverá ter fator de potência igual ou superior a 0,97 e Tensão de operação do driver de 100V a 300V (range de operação);
 - Deverá possuir dispositivo para proteção contra surtos de tensão, classe 275 V, para 10 kV e 10 kA interno e instalado dentro do alojamento da luminária;
 - Expectativa de vida do driver/controlador instalado no alojamento da luminária de, no mínimo, 80.000 horas;
 - Fluxo luminoso de saída mínimo por luminária de acordo com os tipos utilizados, conforme tabela apresentada no tópico 3.1.xii;
 - Garantia mínima de 5 anos.

Obs.1: O controlador deve possuir marcação conforme ABNT NBR IEC 61347-2-13 e ABNT NBR 16026;

Obs.2: As luminárias devem ser apresentadas completamente montadas e conectadas, prontas para serem ligadas à rede de distribuição na tensão especificada;

Obs.3: A fiação interna e externa deve estar conforme as prescrições da ABNT NBR 15129;

Obs.4: A tomada para relé fotoelétrico, deve ser do tipo NEMA com 7 contatos, para fins de telegestão, este componente deve estar de acordo com a ABNT NBR 5123.

Obs.5: O driver/controlador da luminária deverá ser apto para fins de dimerização e telegestão.

Obs.6: As luminárias devem possibilitar a fixação em braços com diâmetro de 30 até 60mm de diâmetro.

Driver's/Controladores

O driver deve ser de corrente constante na saída, atender às normas e ao seguinte:

- Eficiência: A eficiência do driver com 100% de carga e 220 V deve ser $\geq 90\%$, conforme NBR 16026/2012.
- Corrente nominal: A corrente fornecida pelo driver não deve ser superior à corrente nominal do LED, conforme catálogo do fabricante do LED utilizado na luminária, conforme NBR 16026/2012.
- Distorção Harmônica: (THD): $\leq 10\%$.

Obs.1: Medida à plena carga, 220 V, de acordo com a norma IEC 61000-3-2 C. Proteção contra interferência eletromagnética (EMI) e de radiofrequência (RFI):

- Devem ser previstos filtros para supressão de interferência eletromagnética e de radiofrequência, em conformidade com a norma NBR IEC/CISPR 15. - Imunidade e Emissividade: O driver deve ser projetado de forma a não interferir no funcionamento de equipamentos eletroeletrônicos, em conformidade com a norma NBR IEC/CISPR 15 e, ao mesmo tempo, estar imune a eventuais interferências externas que possam prejudicar o seu próprio funcionamento, em conformidade com a norma IEC 61547.

- Proteção contra sobrecarga, sobreaquecimento e curto-circuito: O driver deve apresentar proteção contra sobrecarga, sobreaquecimento e curto-circuito na saída, proporcionando o desligamento do mesmo com rearme automático na recuperação, em conformidade com a norma IEC 61347-1.

- Proteção contra choque elétrico: O driver deve apresentar isolamento classe I, em conformidade com as normas NBR IEC 60598-1 e NBR 15129. Temperatura no ponto crítico (Tc) do driver dentro da luminária: Não deve ultrapassar a temperatura limite, informada pelo respectivo fabricante e que garanta uma expectativa de vida mínima de 100.000 horas, quando medida à temperatura ambiente mínima de 35°C e 100% de corrente de funcionamento na luminária, conforme NBR 16026/2012.

Obs.2: O fabricante da luminária deve apresentar documentação fornecida pelo fabricante do driver que comprove a temperatura limite de funcionamento e também diagrama/figura da localização do (Tc), caso não marcado na carcaça do controlador, com uma seta indicando o ponto para a fixação do termopar.

- Dimerização: O driver deve permitir dimerização através do controle analógico de 0-10 ou 1-10 V.

Obs.3: O driver deve possuir identificação conforme NBR IEC 61347-2-13 e NBR 16026.

Garantia

As luminárias deverão possuir termo de garantia expedido pelo fabricante. Os representantes / fornecedores deverão repassar a garantia do fabricante para o município, através da declaração de garantia solidária.

A garantia deverá ser de 5 (cinco) anos de funcionamento para a luminária, a partir da data da nota fiscal de venda ao consumidor, contra qualquer defeito dos componentes, controlador, dispositivos, materiais, montagem ou de fabricação.

Em caso de devolução das luminárias para reparo ou substituição, dentro do período de garantia, todos os custos de material e transporte, bem como as despesas para a retirada das peças com deficiência e para a entrega das luminárias novas ou reparadas, serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor.

Da análise técnica das Luminárias

O licitante vencedor deverá anexar ao sistema eletrônico folder e ou catálogos com demonstração e características das luminárias em LED (itens 01 a 04 e suas respectivas cotas reservadas (itens 29 a 31)), para análise de atendimento aos requisitos solicitados nesse termo.

O prazo para apresentação do item acima, será de até 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro.

Os catálogos/folders serão analisados pelos fiscais.

O licitante que não apresentar os catálogos e/ou folders, no prazo estabelecido e nestas condições ou sendo o mesmo incompatível, terá a oferta do item desconsiderada para efeito de julgamento, podendo ser o item desclassificada.

PLANILHA PREÇO BASE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (TETO DA ADMINISTRAÇÃO)	TOTAL ESTIMADO
LUMINÁRIAS DE LED					
1	LUMINÁRIA LED 50W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA \geq 6.000 LÚMENS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	2.049	R\$ 198,76	R\$ 407.259,24
2	LUMINÁRIA LED 100W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA \geq 12.000 LÚMENS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	1.500	R\$ 317,35	R\$ 476.025,00
3	LUMINÁRIA LED 200W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA \geq 20.000 LÚMENS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	450	R\$ 1.184,46	R\$ 533.007,00
4	LUMINÁRIA LED 300W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA \geq 39.000 LÚMENS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	225	R\$ 1.752,34	R\$ 394.276,50
MATERIAL ELÉTRICO GERAL					
MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS					
5	BRAÇO PARA LUMINÁRIA CURVO EM UMA DAS EXTREMIDADES CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO MEDINDO 1.5M X 1.1/4" COM FURAÇÃO PARA PARAFUSOS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	750	R\$ 196,01	R\$ 147.007,50
6	RELÊ FOTOELÉTRICO CONTATOS NF BIVOLT, 50/60HZ, POTÊNCIA 1800/1000V (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UNIDADE	3.750	R\$ 20,42	R\$ 76.575,00
7	CABO FLEXIVEL 1X1,5MM2 750V (ROLO DE 100M) (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	50	R\$ 146,98	R\$ 7.349,00
8	CABO PP FLEXÍVEL 2X2,5MM2 750V (ROLO DE 100M) (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	30	R\$ 405,80	R\$ 12.174,00
9	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 19MMX20M (ROLO) (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	30	R\$ 13,23	R\$ 396,90
10	FITA ISOLANTE ANTI-INFLAMÁVEL 19MMX20M (ROLO) (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 8,89	R\$ 1.778,00

11	FIVELA EM AÇO INOX (BAND-IT OU SIMILAR) 3/4" (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	100	R\$ 2,28	R\$ 228,00
MATERIAL PARA ALIMENTAÇÃO/ COMANDO					
12	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA GALVANIZADA PESADA COM 1 ESTRIBO + ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 72X72MM (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 27,42	R\$ 5.484,00
13	ARRUELA PARA ELETRODUTO EM ALUMÍNIO ROSCÁVEL DE 1.1/4" (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	20	R\$ 1,80	R\$ 36,00
14	ARRUELA PARA ELETRODUTO EM ALUMÍNIO ROSCÁVEL DE 3/4" (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	30	R\$ 0,70	R\$ 21,00
15	CHAVE PARA COMANDO DE GRUPO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA CORRENTE 2X30A-220/240V-60HZ "NA" RELE "NF" COM DISJUNTOR (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	20	R\$ 259,71	R\$ 5.194,20
16	CHAVE PARA COMANDO DE GRUPO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA CORRENTE 2X40A-220/240V-60HZ "NA" RELE "NF" COM DISJUNTOR (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	15	R\$ 558,39	R\$ 8.375,85
17	CHAVE PARA COMANDO DE GRUPO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA CORRENTE 2X60A-220/240V-60HZ "NA" RELE "NF" COM DISJUNTOR (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	15	R\$ 441,72	R\$ 6.625,80
MATERIAL EM GERAL					
18	CONECTOR DE EMENDAS PARA 2 FIOS E CABOS DE ATÉ 6MM (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	300	R\$ 20,22	R\$ 6.066,00
19	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE 10-95MM ² (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 13,53	R\$ 2.706,00
20	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE 16-95MM ² (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 12,53	R\$ 2.506,00
21	DISJUNTOR UNIPOLAR NEMA DE 60 ^a (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	10	R\$ 37,15	R\$ 371,50
22	DISJUNTOR UNIPOLAR NEMA DE 40 ^a (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	10	R\$ 23,77	R\$ 237,70
23	DISJUNTOR UNIPOLAR NEMA DE 30 ^a (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	10	R\$ 13,68	R\$ 136,80
24	PARAFUSO MÁQUINA GALVANIZADO CABEÇA QUADRADA 16X200MM COM PORCA E ARRUELA QUADRADA (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 16,29	R\$ 3.258,00
25	PARAFUSO MÁQUINA GALVANIZADO CABEÇA QUADRADA 16X250MM COM PORCA E ARRUELA QUADRADA (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	300	R\$ 17,60	R\$ 5.280,00
26	LÂMPADA DE ALTA POTÊNCIA BULBO LED SMS DE 80W E40 (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	120	R\$ 167,50	R\$ 20.100,00
27	SOQUETE ADAPTOR PORCELANA E-27 PARA E-40 (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	120	R\$ 13,03	R\$ 1.563,60
28	BASE PARA RELÊ FOTOELÉTRICO F.E BIVOLT (EXCLUSIVO EPP/ME/MEI)	UNIDADE	200	R\$ 11,73	R\$ 2.346,00
COTAS RESERVADAS PARA EPP/ME/MEI					
29	LUMINÁRIA LED 50W PARA ILUMINAÇÃO	UNIDADE	682	R\$ 198,76	R\$ 135.554,32

	PÚBLICA ≥ 6.000 LÚMENS (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 01)				
30	LUMINÁRIA LED 100W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ≥ 12.000 LÚMENS (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 02)	UNIDADE	500	R\$ 317,35	R\$ 158.675,00
31	LUMINÁRIA LED 200W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ≥ 20.000 LÚMENS (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 03)	UNIDADE	150	R\$ 1.184,46	R\$ 177.669,00
32	LUMINÁRIA LED 300W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ≥ 39.000 LÚMENS (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 04)	UNIDADE	75	R\$ 1.752,34	R\$ 131.425,50
33	BRAÇO PARA LUMINÁRIA CURVO EM UMA DAS EXTREMIDADES CONFECCIONADO EM AÇO GALVANIZADO A FOGO MEDINDO 1.5M X 1.1/4" COM FURAÇÃO PARA PARAFUSOS (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 05)	UNIDADE	250	R\$ 196,01	R\$ 49.002,50
34	RELÊ FOTOELÉTRICO CONTATOS NF BIVOLT, 50/60HZ, POTÊNCIA 1800/1000V (COTA RESERVADA ME/EPP/MEI ITEM 06)	UNIDADE	1250	R\$ 20,42	R\$ 25.525,00
					R\$ 2.804.235,91

Valor Total Máximo Estimado em **R\$ 2.804.235,91** (dois milhões, oitocentos e quatro mil e duzentos e trinta e cinco centavos).

13 – SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e demais legislação específica, com destaque:

- Utilização de matérias que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- Redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- Utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- Utilização de produtos atóxicos ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade.

14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei 10.520/2002 e nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Luiz Gustavo Sousa Pinto

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Portaria nº 338/2022



PREFEITURA DO
BREJO
da Madre de Deus

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

CONTRATO DE FORNECIMENTO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do _____ inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, N° _____, Brejo da Madre de Deus, representado neste ato pelo _____ o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado a _____, através da _____, nesse ato representada por seu Secretário o Sr. _____, brasileiro, _____, inscrito no CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado _____, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, representada legalmente por seu representante legal _____, portador do CPF/MF nº _____ de da CI nº _____, residente e domiciliada na _____, doravante denominado **CONTRATADA**, estando de acordo com o respectivo **Processo Licitatório**, sob o esteio da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002, sob as cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

1.1. Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente acordo o **Sistema de Registro de Preço para eventual fornecimento parcelado de luminárias de led e material elétrico em geral para iluminação pública com efficientização do município de Brejo da Madre de Deus- PE**, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

2.2. São partes integrantes deste Contrato para todos os fins de direito, o Saldo da Ata nº _____/_____, o Edital e o Termo de Referência do **Processo Licitatório Nº 002/2023, Pregão Eletrônico SRP Nº 002/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá prazo de vigência de _____ (_____) meses, a partir da data da sua assinatura, respeitando a vigência dos créditos orçamentários, admitindo-se a prorrogação apenas ocorrendo uma das situações previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, observando que toda prorrogação deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, nos termos do §2º do art. 57, da Lei 8.666/93.

3.2. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pelo objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor de _____, conforme quantitativos e especificações constantes abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

4.2 - Nos valores acima definidos estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos e despesas incidentes.

4.3 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

4.4 - O pagamento só será autorizado após o cumprimento do disposto nos subitens anteriores deste Termo de referência.

4.5 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

4.6 - O Licitante deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão, sendo está emitida em dias uteis e horários comerciais, para o e-mail **conforme envio da ordem de fornecimento**, mesmo que a mercadoria chegue ao município após a data de emissão. O não envio, acarretará no cancelamento da mesma, caso chegue a nosso município após a data de sua emissão.

4.7 – O Setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

4.8 – Será deduzido do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

4.9 - A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas na seguinte dotação orçamentária:

.....

CLÁUSULA SEXTA - FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1 - Os produtos serão recebidos pelo fiscal do contrato, sendo para tanto o Engenheiro Sr. Jadiel Fillipy de Araújo Calumby, CREA/PE 182093063-7. Sendo responsável por receber e conferir os produtos conforme solicitados pelo departamento demandante, sendo de sua responsabilidade atestar a nota e entrega ao departamento de compras para tramitação de baixa da mercadoria e entrega da NF ao setor financeiro.

6.2 - O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.

6.3 – Os produtos devem ser entregues no horário de funcionamento da prefeitura que é das 8:00 horas até a 12:00 horas. e de 14:00 às 16:00 horas

6.4 – Os produtos entregues poderão ser submetidos, a qualquer momento, a análise para controle de qualidade pelo órgão responsável, que emitirá laudo de análise atestando a qualidade dos produtos.

6.5 – Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.

6.6– Os produtos poderão ser rejeitados de forma total ou parcial, caso não estejam de acordo com as especificações descritas no memorial descritivo deste Termo de Referência ou apresentarem algum defeito, devendo os mesmos serem substituídos num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. O preço do contrato será reajustado, mediante requisição formal do contratado, em periodicidade anual contada a partir da data de apresentação da proposta, aplicando-se o índice o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

- 9.1.1- Obedecer às especificações constantes neste Termo;
- 9.1.2- Responsabilizar-se pelo fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- 9.1.3- Fornecer os itens dentro do prazo estipulado neste termo;
- 9.1.4- O retardamento do fornecimento não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- 9.1.5- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.1.6- Manter com a contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 9.1.7- Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a prestação dos serviços objeto deste Termo;
- 9.1.8- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Constituem obrigações do contratante:
- 9.1.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;
 - 9.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
 - 9.1.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;
 - 9.1.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento do fornecimento da entrega pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
 - 9.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

9.1.6. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

9.1.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

9.1.8. À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

9.1.9. O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do Contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

11.2. As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Compete à fiscalização do contrato:

12.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

12.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do edital, ata e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

12.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

12.2 - Os produtos serão recebidos pelo fiscal do contrato, sendo para tanto o Engenheiro Sr. Jadiel Fillipy de Araújo Calumby, CREA/PE 182093063-7. Sendo responsável por receber e conferir os produtos conforme solicitados pelo departamento demandante, sendo de sua responsabilidade atestar a nota e entrega ao departamento de compras para tramitação de baixa da mercadoria e entrega da NF ao setor financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

13.1 - O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

13.2 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus- PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Não manter a proposta;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no certame e quando esta conduta caracterizar fraude à licitação pública;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fazer declaração falsa.

13.3 - As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I - Multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;

b) pela recusa na execução do objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

c) pela demora em refazer ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;

d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não correção de falhas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no Instrumento Convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

II - Impedimento de licitar e contratar com a cidade de Brejo da Madre de Deus-PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item I.

A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

I - atraso injustificado na execução do contrato;

II - inexecução total ou parcial do contrato;

13.4 - O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 10 (dez) dias.

13.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

13.6 - O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

13.7 - Objetivando evitar danos ao erário, o Gestor poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

13.8 - A competência para a aplicação das sanções e multas é atribuída às seguintes autoridades:

I – Ordenador de Despesa – Secretários e Prefeito Municipal;

13.9 - As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

13.10 - Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

13.11 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA E DEMAIS CONDIÇÕES

14.1 – As condições para o fornecimento dos produtos deverão atender as todas as exigências dispostas no Termo de Referência, desde questões de acondicionamento e grau de proteção como garantia dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRAZO PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. O prazo para a assinatura do contrato deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação e em conforme com o art. 64 da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Por força do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE, como competente para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

17.2. E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito legal.

Brejo da Madre Deus/PE, _____ de _____ de 2023.

**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS**
CONTRATANTE

EMPRESA _____
Representante
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF/MF:

CPF/MF:

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL
E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Declara que, cumpre plenamente os requisitos de habilitação estando de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto do referido **PROCESSO LICITATÓRIO**, em atendimento ao inciso III do Art. 30 da Lei no 8.666/93.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

P R E F E I T U R A D O
BREJO
da Madre de Deus

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos/supervenientes para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

PREFEITURA DO
BREJO
da Madre de Deus

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 002/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**.

Para tanto, anexo o **Termo de Opção do SIMPLES ou LUCRO PRESUMIDO**, registrado ou autenticado na Junta Comercial _____ (indicar o local da sede ou domicílio da licitante, onde for o registro).

Declaro, ainda, para os fins do item 4.3, I “b” e do II “e” do edital que não incorremos em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2000.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO VI
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA - SRP N° ____/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - N° 002/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do _____ inscrito no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede na _____, N° __, _____, Brejo da Madre de Deus, representado neste ato pelo _____ o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF n° _____ e RG n° _____, residente e domiciliado a _____, denominando **ÓRGÃO GERENCIADOR**, deste Registro de Preços, e a Empresa _____, inscrita no **CNPJ n°** _____, com sede na _____, neste ato representado pelo o **Sr.** _____, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, e portador da identidade n° _____, residente e domiciliado na _____ como **FORNECEDOR**, sujeitando-se às determinações contidas nas Leis n° 10.520/02, Lei federal 123/2006, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto n° 7892/13 e aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS e demais normas pertinentes e aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **Sistema de Registro de Preço para eventual fornecimento parcelado de luminárias de led e material elétrico em geral para iluminação pública com efficientização do município de Brejo da Madre de Deus- PE**, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, a planilha abaixo e a proposta vencedora da licitação em epígrafe, integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL

VALOR TOTAL - R\$ _____ (...)

2.0 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O objeto será fornecido mediante execução indireta, sob a forma de preço unitário, nos termos da Lei n° 8.666/1993.

3.0 DO PRAZO DE ENTREGA E DA GARANTIA

3.1 - O Prazo de entrega deverá ser de no máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento por e-mail.

3.2 - As condições para o fornecimento dos produtos deverão atender as todas as exigências dispostas no Termo de Referência, desde questões de acondicionamento e grau de proteção como garantia dos produtos.

4.0 - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado;

4.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá apresentar o número da licitação e do contrato administrativo que faz referência;

4.3 - A Nota Fiscal/Fatura deverá discriminar os itens do contrato administrativo, se for o caso, constando o valor unitário e as demais especificações constantes na proposta consolidada vencedora do certame;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços e/ou correção monetária;

4.5 - Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie as correções necessárias, não acarretando quaisquer ônus à Administração Municipal;

4.6 - A Administração Municipal se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, durante a vigência contratual, o objeto do contrato (material/serviço) for entregue em desacordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora, por essa decisão.

5.0 - DOS ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES)

5.1 - O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE.**

5.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do Registro de Preços:

5.2.1 – Prefeitura Municipal do Brejo da Madre de Deus – PE.

6.0 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Compete à fiscalização:

6.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

6.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do edital, ata e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

6.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

6.2 - Os produtos serão recebidos pelo fiscal do contrato, sendo para tanto o Engenheiro Sr. Jadiel Fillipy de Araújo Calumby, CREA/PE 182093063-7. Sendo responsável por receber e conferir os produtos conforme solicitados pelo departamento demandante, que registrará em protocolo próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo determinado.

7.0 – DA VEDAÇÃO À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - Esta ata de registro de preços **NÃO** será objeto de adesão por parte de nenhum órgão ou entidade pública ou privada.

8.0 - VALIDADE DA ATA

8.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura da mesma, não podendo ser prorrogada. Se antes do final da vigência da ata houver interesse entre as partes e existência de saldo, poderá ser celebrado contrato, no termo do art. 57 - I, da Lei 8.666/93.

9.0 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DA ATA

9.1 - O FORNECEDOR fica obrigado a executar o objeto da presente ata nas quantidades indicadas na carta de autorização de fornecimento, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, firmados em decorrência da presente ata de registro de preços.

§ 1º A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao FORNECEDOR a preferência em igualdade de condições.

§ 2º Durante a vigência desta ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 4º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§ 5º - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o Município do Brejo da Madre de Deus, poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

9.2 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado – equação econômico-financeira.

10.0 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de preços ensejará a aplicação das penalidades/sanções estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

10.2 - É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013).

11.0 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7.892/13.

12.0 - DO FORO

12.1 - O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes desta ata de registro de preços é o da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Brejo da Madre de Deus - PE, ____ de _____ de 2023.

**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS/PE**
ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESA _____
FORNECEDOR

Testemunhas:

CPF Nº

CPF Nº